



ISSN: 2230-9926

Available online at <http://www.journalijdr.com>

# IJDR

*International Journal of Development Research*

Vol. 10, Issue, 12, pp. 43046-43052, December, 2020

<https://doi.org/10.37118/ijdr.20593.12.2020>



RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

## LUGARES DA CIDADE: O CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS COMO LUGAR DE MEMÓRIA E RECONHECIMENTO IDENTITÁRIO

<sup>1</sup>Kláutenys Dellene Guedes Cutrim, <sup>2</sup>Donny Wallesson dos Santos, <sup>3</sup>Maurício José Morais Costa, <sup>4</sup>Conceição de Maria Belfort de Carvalho, <sup>5</sup>Arkley Marques Bandeira and <sup>6</sup>Vanderley Rabelo de Jesus

<sup>1</sup>Possui Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa e Mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); <sup>2</sup>Doutorando em Políticas Públicas na Universidade Federal do Maranhão. Mestre em Cultura e Sociedade. Possui graduação em Fisioterapia pela Faculdade Santa Terezinha - CEST/MA; <sup>3</sup>Mestre em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão (PGCULT-UFMA) e Especialista em Design Instrucional (SENAC São Paulo); <sup>4</sup>Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP); <sup>5</sup>Doutor e Mestre em Arqueologia; <sup>6</sup>Mestre em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão (PGCULT-UFMA)

### ARTICLE INFO

#### Article History:

Received 28<sup>th</sup> September, 2020

Received in revised form

17<sup>th</sup> October, 2020

Accepted 20<sup>th</sup> November, 2020

Published online 31<sup>st</sup> December, 2020

#### Key Words:

Lugares de Memória. Centro Histórico de São Luís. Reconhecimento identitário.

#### \*Corresponding author:

Kláutenys Dellene Guedes Cutrim,

### ABSTRACT

Análise do Centro Histórico de São Luís como lugar de memória e reconhecimento identitário. Objetiva discutir os lugares de memória elucidados por moradores do bairro, mediante suas relações com as formações identitárias dos sujeitos, tendo em vista seu reconhecimento internacional enquanto patrimônio histórico natural e mundial. Discute conceitos de identidade, espaço e memória, com foco na categoria de lugares de memória como ferramenta de verificação e ponto de partida de análise. Realiza levantamento teórico de alguns autores que abordam tais temáticas para subsidiar a discussão dos dados coletados em pesquisa de campo realizada mediante gravação de áudio com 4 (quatro) moradores do local. Utiliza o método de pesquisa exploratória com fins descritivo e analítico, mediante a demarcação de determinados trechos das conversações realizadas. Ressalta a importância de estudos aprofundados da memória dos moradores da localidade, bem como potencializa as relações entre a memória dos indivíduos, os lugares em que isso se desenvolve e as identidades que compartilham dessa dinâmica.

Copyright © 2020, Kláutenys Dellene Guedes Cutrim et al. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: Kláutenys Dellene Guedes Cutrim, Donny Wallesson dos Santos, Maurício José Morais Costa et al., 2020. "Lugares da cidade: o centro histórico de São Luís como lugar de memória e reconhecimento identitário", *International Journal of Development Research*, 10, (12), 43046-43052.

## INTRODUCTION

A cidade carrega consigo toda a história de um povo, sua trajetória e valores culturais entalhados na sua superfície, vistos em sua composição geográfica, arquitetônica e urbanística. Tratando-se de centros históricos, constrói-se assim uma configuração espacial que se esforça em contemplar a evolução dos desenhos urbanos e a preservação da materialidade histórica evidente em suas edificações. Nesse quadro encaixam-se os sujeitos e suas subjetividades, suas relações com os espaços imbuídos de memória que compõem suas identidades. A complexidade conceitual das categorias de análise como espaço, memória e identidade promovem a riqueza reflexiva acerca da ideia de lugares de memória e suas repercussões nas construções identitárias, traçando um

paralelo entre o ontem, o hoje, o resgate do passado e a dinâmica do mundo contemporâneo (Candau, 2018; Bauman, 2005; Nora, 1993). Consoante, este estudo propõe evidenciar alguns lugares de memória do Centro Histórico de São Luís, mediante suas relações com a formação identitária de indivíduos que fizeram e fazem parte dessa história. Para tanto, discute como entrelaçam-se os conceitos de espaço, memória e identidade e em que medida estes relacionam-se e impactam nas subjetividades, a partir das relações estabelecidas com lugares que marcaram suas histórias. De natureza exploratória com fins descritivos e analíticos, parte-se do recorte teórico que discute os temas supracitados em autores como Halbwachs (2017), Candau (2018), Bogo (2010), Santos (2017; 2007) Nora (1993), Le Goff (2013), Figueiredo (2012), Garcez (2009), Silva (2009). Aborda um apanhado

histórico da cidade de São Luís enquanto patrimônio histórico e discute relatos de 04 (quatro) moradores do Centro Histórico de São Luís com vistas a detectar correlações entre lugares de memória e construções identitárias. A coleta de relatos deu-se mediante conversação informal gravada em áudio com a permissão prévia dos moradores do local participantes dessa pesquisa. Salienta-se que não pretende-se contemplar verdades absolutas, tampouco definir com exatidão a representação histórica da memória, mas sim, aos moldes de Gevehr (2016, p. 951), demonstrar que “[...] as representações sociais construídas sobre os lugares de memória [...] não se encontram apenas em textos historiográficos, mas também em diferentes formas narrativas [...]”.

O instrumento de coleta de dados amparou-se em três perguntas que nortearam as conversações: 1) Você tem lembrança de algum lugar do Centro Histórico que marcou a sua vida? 2) Por que considera esse lugar importante para você? 3) Você acha que o que viveu nesse lugar tem algo a ver em como você é hoje? Optou-se por identificar os moradores por números (Morador 1, 2, 3 e 4) para preservar suas identidades e evitar danos de qualquer natureza às suas integridades.

**IDENTIDADE, ESPAÇO E MEMÓRIA: concepções entrelaçadas:** Ressalta-se, antes de tudo, que este texto não se propõe a definir conceitos para identidade, espaço e memória, tampouco estabelecer relações pragmáticas entre eles, mas sim instigar a reflexão das possibilidades de articulação dos mesmos para compreensão das relações dos sujeitos com os lugares de memória, haja vista sua complexidade teórica, bem como o denso gargalo empírico transversalizado por tais concepções. A partir de um apanhado teórico de alguns dos principais autores do tema, busca-se observar e discutir pontos em que eles se encontram, e principalmente, o que dali pode ser gerado. Castro (2014) destaca que a hibridiz informal e comunicacional do novo século nos impacta com o desafio de compreender o pluralismo das expressões identitárias, respeitando adversidade cultural, ao passo que as protege de influências globais massificadoras e hegemônicas.

A conhecida ideia de liquidez do mundo pós-moderno, proposta por Bauman (2005, p. 26), coloca o conceito de identidade em contínuo movimento de desconstrução, transformação e renovação, enquanto algo que jamais será completo e que precisa ser inventado pelo sujeito, nascido da “[...] crise do pertencimento e do esforço [...]” advinda do Estado Moderno e sua necessidade em forjar identidades nacionais. Com o afastamento da ideia de modernização e de fechamento de determinadas comunidades, é salutar observar que durante um tempo, os homens eram reconhecidos pela sua identidade produtiva na divisão social do trabalho (Bauman, 2005), acarretando no enfraquecimento ou desaparecimento de identidades que não seguiam o padrão do sistema econômico capitalista, como populações indígenas que foram dizimadas e tiveram seu lugar de morada totalmente destruído (Bogo, 2010).

Ao demarcar a identidade pelo conceito de diferença, Woodward (2014) coloca que no reconhecimento do que não se é, advindo da percepção do outro como diferente, através da linguagem e sistemas de representação simbólica, pode-se distinguir os povos e suas culturas. A autora defende que os símbolos demarcam nossa identidade, ao tempo que demarcam as diferenças, gerando exclusão e negação. Para Candau

(2018), a tentativa de conceituar identidade é uma tarefa difícil. Tratando-se de sujeitos, ela pode configurar-se enquanto um estado, um conceito ou uma representação, tal como um documento de identidade social, a compreensão de sujeito individual ou uma ideia de quem se é, respectivamente. Em outra categoria de análise, Hall (2011) provoca a reflexão ao questionar se a avassaladora globalização irá, de fato, extinguir as identidades nacionais e, conseqüentemente, as identidades locais, em virtude dos impactos do desenvolvimento industrial e tecnológico nos espaços de socialização, extinguindo lugares simbólicos para a comunidade local, de valores, tradições e reconhecimento identitário da população. Nesse viés, observa-se o conceito de identidade sempre atrelado ao espaço em que esse indivíduo se encontra. Milton Santos (2007) relaciona isso ao ritmo próprio que a cidade apresenta, no qual os sujeitos podem exercer a cidadania com plenitude, desde que sejam partícipes da história daquele lugar. Em outras palavras, “[...] quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação [...]” (Santos, 2017, p. 328).

Relph (2012) comenta que a geografia da década de 1970 pouco discutia a ideia de lugar, pensando-o talvez como um conceito autoevidente, limitado à descrição de porções de terra e suas nuances, característica presente desde os primeiros estudos da geografia. O autor destaca que o ritmo frenético das mudanças espaciais advindos do século XX, criando as paisagens sem-lugar, incitou a geografia a ampliar o seu campo epistemológico e começar a pensar o espaço e as relações que ocorrem nele. Nessa assertiva, Oliveira (2012) destaca que o recente interesse pela ideia de lugar permite interseções da geografia com a sociologia, filosofia, literatura, psicologia, cinema, arquitetura, etc., adicionando à pauta da ciência geográfica as transformações sofridas pelo lugar no decorrer da história e os impactos da mundialização que subjuga o local em prol do planetário. Relph (2012, p. 20) acredita que o interesse pelo estudo sobre o espaço como lugar é contemporâneo ao interesse pela preservação patrimonial em virtude de o avanço industrial acarretar uma descontinuidade histórica, haja vista que “[...] A perda da diversidade e da identidade geográfica foi palpável, expressa na perda da continuidade histórica; como edifícios e bairros antigos que foram demolidos para abrir caminho para novos.”

Numa tentativa de conceituar o termo lugar, Oliveira (2012) aponta os 18 vocábulos que a ele se correlacionam, demonstrando sua complexidade. À medida que o lugar se aproxima e confunde-se com a perspectiva de espaço ocupado, para contemplá-lo além da simples matéria que o forma e o preenche, a autora coloca-o entre o espaço e o tempo, como um tempo-lugarizado, onde ocorre o movimento, as relações e as transformações. A inserção da categoria de tempo remete-nos à concepção de memória. Relph (2012) problematiza essa relação no sentido de que nossas experiências nos lugares suplantam as modificações temporais sofridas por eles, fazendo-nos rememorar o que vivemos mesmo que o lugar não seja mais o mesmo. Em outras palavras, e para fugir de uma perspectiva rasa da tensão entre tempo e espaço, o autor traz a reflexão acerca da existência de um núcleo permanente de significado de lugar que permaneça nos indivíduos. Para tanto, Relph (2012, p. 31) destrincha o núcleo de significado do lugar em ligações inextricáveis com o sujeito. Embora reconheça a profundidade existencial e ontológica dessa assertiva, ele

ressalta que tais ligações possuem cunho econômico e social, “[...] pois em toda parte estamos presos em maior ou menor grau nas forças neoliberais e da globalização. É o caso das comunicações eletrônicas que não conhecem fronteiras. [...]”. Por sua vez, Mello (2012) aborda ambas as possibilidades. Os lugares podem ser efêmeros e eternos, pois há lugares materializados para permanência de valores e símbolos culturais, como monumentos históricos, e há outros transitórios, como as centralidades ou modismos que geram um torpor periódico nos indivíduos. Ressalta que o próprio conceito de migração teve que ser ampliado para abarcar, além dos deslocamentos definitivos, também aqueles rotineiros ou mesmo episódicos, posto a dinâmica do fluxo espaço-temporal que, desde o século XX, altera drasticamente as relações interpessoais, as rotinas de movimentação das pessoas ao redor do mundo e sua relação com seu passado.

Bosi (2006) aponta que a recomposição dos lugares de nossa infância, eternizados em cada indivíduo, só são possíveis de serem compreendidos através do compartilhamento das memórias daqueles que ali viveram, chamado por Halbwachs (2017) de memória coletiva, e corroborada por Tuan (2013) ao afirmar que as raízes das experiências passadas permanecem nos indivíduos mesmo após um longo tempo, como tesouros guardados afetivamente.

Adentrando o campo da memória, que carrega consigo uma complexidade conceitual, Halbwachs (2017) a define como um processo de reconstrução de recordações e da localização de lembranças, o qual só é possível mediante resgate de referências do contexto social em que estão inseridas. A ideia de memória coletiva parte do pressuposto que

[...] a condição necessária para voltarmos a pensar em algo é uma sequência de percepções pelas quais só poderemos repassar de novo refazendo o mesmo caminho, de modo a estar outra vez diante das mesmas casas, do mesmo rochedo, etc. [...] não é consequência de um conjunto de reflexões, mas de uma aproximação de percepções determinada pela ordem em que se apresentam determinados objetos sensíveis, ordem essa resultante de sua posição no espaço [...]. (Halbwachs, 2017, p. 53).

Vê-se a conexão direta da dinâmica em que o espaço se apresenta à percepção do sujeito como mecanismo de ativação da memória, atrelada à necessidade de reconhecimento de tais objetos, que tenham sentido comum compartilhado. De encontro a isso, Candau (2018) questiona a passagem da memória individual à coletiva e se essa ação de fato procede para determinar formas coletivas de memória e identidade, a qual Halbwachs (2017, p. 61) entende que “[...] compreendemos melhor que a representação das coisas evocada pela memória individual, não é mais do que uma forma de tomarmos consciência da representação coletiva relacionada às mesmas coisas [...]”.

Na ação de reconstruir lembranças, os indivíduos podem fazer escolhas memoriais, assumindo determinados aspectos particulares do passado e forjando uma identidade dentro da sua própria lembrança. Essa preocupação trazida por Candau (2018) refere-se à necessidade de uma depuração conceitual mais profunda sobre coletividade que aquela proposta na teoria de Halbwachs, para que não haja equívocos e generalizações acerca de memórias coletivas que podem não contemplar a todos, tampouco representar determinado grupo social. Vale

ressaltar que Halbwachs (2017, p. 69) não abandona a memória individual, tampouco a descredibiliza, mas a coloca como “[...] um ponto de vista sobre a memória coletiva [...]”. Não obstante, ela não é condição suficiente e necessária para a efetivação da reconstrução de determinada lembrança, mas é preciso que haja a mínima relação entre as lembranças individuais para que de fato tornem-se coletivas, uma espécie de base comum de significados compartilhados que conectam os sujeitos que fizeram ou ainda fazem parte de um mesmo grupo social. Em contrapartida, Candau (2018) aponta que a memória pode tanto construir quanto arruinar o sentimento de identidade, pois além de reconhecimento, há também esquecimentos. Para ele, a utilização de termos como “identidade cultural” ou “identidade coletiva” abre espaço para silenciamentos, como o de determinados grupos étnicos subjugados pela ideia de nação, correndo o risco de cair no reducionismo colonizador.

A partir da realidade empírica da memória, vista nos bens culturais materiais e imateriais patrimoniais como museus, igrejas, mitos, narrativas, etc., deduz-se a existência de atos de memória coletiva fundada no terreno cultural de fortes raízes tradicionais, entretanto, isso “[...] não é suficiente para atestar a realidade de uma memória coletiva. Um grupo pode ter os mesmos marcos memoriais sem que por isso compartilhe as mesmas representações do passado [...]” (Candau, 2018, p. 35), destacando a diferença entre o discurso e o que é concreto, no sentido de que um mesmo objeto pode trazer significações diferentes para os sujeitos. Corroborando a ideia da possibilidade de a memória interferir negativamente na construção das identidades, Woodward (2014) defende que a redescoberta do passado pode ser marcada por uma série de conflitos, contestações, ou seja, uma crise que se coloca como pano de fundo da construção identitária, haja vista o embate do passado com as identidades novas e globalizadas. Sem ater-se ao aspecto individual ou coletivo, Le Goff (2003) aponta que a memória é um instrumento de poder, que os indivíduos ou a própria sociedade buscam incessantemente controlar, visto que a manipulação da memória determina o que é válido de ser lembrado e o que é válido ser esquecido.

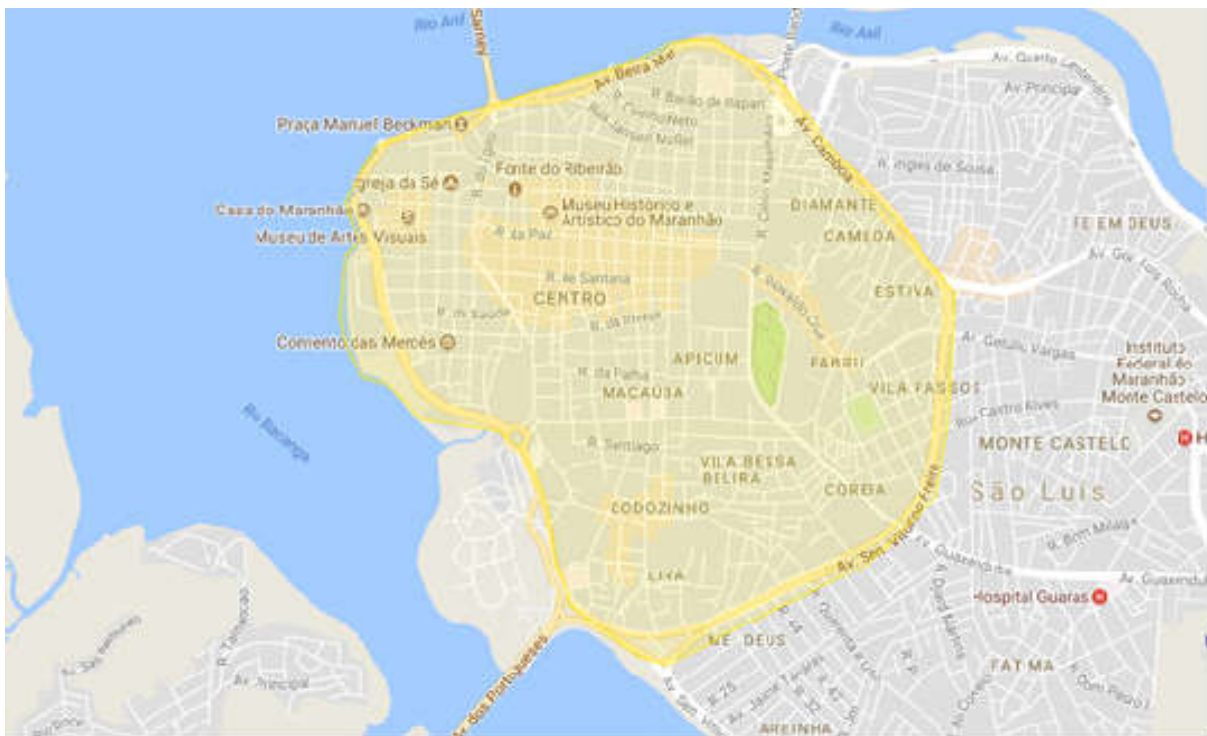
Assim, ambas as concepções, memória individual e memória coletiva, trazem íntimas relações com os lugares de memória e com a construção das identidades dos sujeitos, haja vista que Candau (2018) a coloca como faculdade individual que pode ser compartilhada e, por sua vez, Halbwachs (2017) não negligencia a existência das memórias individual e histórica, mas sim delimita suas características e repercussões nas relações do sujeito com seus lugares de outrora. A partir de tais esclarecimentos, destaca-se a compreensão trazida por Pierre Nora (1993, p. 12-13) para entendermos a dialética existente entre espaço, memória e patrimônio como agentes formadores das identidades, substanciando o conceito de lugar de memória, que se apresenta como “[...] antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora [...] nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea [...]”.

Para Arévalo (2004), a concepção de lugares de memórias do autor está intrinsecamente relacionada à necessidade do homem contemporâneo em alcançar um significado que não lhe é mais tangível e inteligível, criando um misto de história e memória, pois “[...] o passado nos é dado como radicalmente outro, ele é esse mundo do qual estamos desligados para

sempre. É colocando em evidência toda a extensão que dele nos separa que nossa memória confessa sua verdade [...]” (Nora, 1993, p. 19). Porquanto, não será todo lugar que trará tal alívio ao homem contemporâneo. Para Nora (1993, p. 21), faz-se necessário que ele carregue consigo um significado amplo, como uma narrativa, um mito ou uma história, pois “[...] só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica [...] só entra na categoria se for objeto de um ritual [...]”. Retornando à crítica de Le Goff (2003) acerca da manipulação da memória, Ricoeur (2012) denuncia a difusão de determinados modelos culturais como soberanos por parte daqueles que detêm o poder econômico, potencializando bens culturais com maior potencial mercadológico em detrimento das raízes culturais do povo. Gevehr (2016) cita o Brasil, que em sua história possui diversos casos de apagamentos, como em Canudos, de manipulação da memória. Nessa perspectiva, destacam-se dos relatos coletados de 4 moradores do Centro Histórico de São Luís, localidades que fizeram parte de sua vida que possuam as características de lugares de memória, observando como tais lembranças desencadearam processos de construções identitárias.

fortes e fontes demarcam o local como um dos principais centros que preservam a arquitetura de origem portuguesa, pois a região do bairro da Praia Grande tornou-se núcleo comercial no período colonial (Carvalho; Almeida, 2018; Fonseca; Barbosa Filho, 2017; Figueiredo, 2012; Duailibe, 2012).

As características que levaram a capital a ser considerada o principal local de entrada de mercadorias, segundo Figueiredo (2012), foi a economia agromercantil, que já funcionava no local, aliada à privilegiada localização geográfica favorável às atividades portuárias e comerciais, acarretando um êxodo econômico intenso, haja vista que os portugueses eram proprietários de grande parte das edificações próximas ao porto, o que incitou o Marquês de Pombal a criar diversas Companhias de Comércio para dar conta do recebimento e distribuição das cargas que aportavam (Fonseca; Barbosa Filho, 2017; Garcez, 2009). O sucesso econômico e social do Bairro da Praia Grande durou até meados de 1930, período em que começa o deslocamento de serviços importantes do bairro



Fonte: Google Maps (2018)

**Figura 1. Mapa do Centro Histórico de São Luís**

### **CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS: a materialidade da memória de um povo**

A capital do Estado do Maranhão situa-se no Golfão Maranhense, entre as Baías de São Marcos e São José (Masullo; Lopes, 2016). A homenagem ao rei Luís XIII deu origem à inicialmente chamada Vila São Luís, mediante a construção de um Forte em 8 de setembro de 1612 pelos franceses, estabelecendo a fundação da cidade que, posteriormente, sofreu invasões de portugueses e holandeses alguns anos depois. O Centro Histórico é constituído pelos bairros da Madre Deus, Coreia, Macaúba, Desterro, Praia Grande, Apicum, Lira, Belira e Codozinho (Figura 1), demarcado por cerca de 3.500 imóveis com arquitetura lusobrasileira dos séculos XVIII e XIX, como casarões, igrejas, comércios, dentre outros. A riqueza arquitetônica das ruas,

para a Praça Deodoro, aliado à mudança das famílias nobres que ali moravam para outros bairros em desenvolvimento na cidade, em virtude do desenvolvimento de outros meios de transporte (Reis, 2010; Garcez, 2009). A vertiginosa queda do valor econômico das edificações da Praia Grande, que abandonadas e desqualificadas, passam a sofrer degradações do tempo e da não conservação, começam, como aponta Silva (2009), a nutrir interesses de reurbanização e remodelagem da arquitetura colonial do centro histórico, acarretando uma tentativa de equilíbrio por parte do Governo Federal em manter o progresso do desenho urbano da capital em paralelo ao tombamento de uma série de edificações históricas. Assim, em 13 de Março de 1974 o Centro Histórico de São Luís foi tombado pelo Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), embora já inscrito na Lista de Patrimônio Mundial desde 1955. Cutrim, Costa e Oliveira (2017)

ressaltam que o processo de tombamento se iniciou com as construções monumentais que representavam o poderio econômico da época colonial, ampliando-se um tempo depois para outros conjuntos urbanos da ilha que possuíam edificações históricas. Segundo dados do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o tombamento oficial em 4 de dezembro de 1997 resultou na restauração de aproximadamente 200 casarões, alocando o centro de São Luís como 5º lugar da UNESCO de Patrimônio Mundial Cultural e Natural (IPHAN, 2016a; Aires, 2008).

### **LUGARES DE SÃO LUÍS: o espaço enquanto materialidade da memória e o fortalecimento das identidades**

Nesta seção, ao pontuar os lugares de memória do Centro Histórico de São Luís, busca-se compreender a percepção de espaço enquanto lócus de preservação e veiculação de memórias, bem como suas relações com a construção identitária. Tendo em vista a riqueza histórica presente do local, optou-se por coletar relatos de alguns moradores do bairro, a fim de aprofundar a discussão tendo como objeto de análise a própria memória dos sujeitos.

O relato do Morador 1 ressalta a interrelação entre as categorias de identidade, memória e patrimônio, ao lembrar-se das missas realizadas na Igreja da Sé:

[...] Eu me alembro [lembro] de sempre ir com minha mãe na igreja da sé, era onde todo mundo da vizinhança toda se encontrava. A gente criança queria era brincar mesmo, [...] mas até hoje tenho na cabeça a imagem da minha mãe rezando e agradecendo... ela chorava muito mesmo, porque nós era muito pobre mesmo. No final, parece que ela saía cheia de vida e de força pra sustentar a gente [...] hoje eu sei que tudo que eu consegui na vida veio dessa fé.(MORADOR 1, sic).

A Igreja da Sé foi a primeira matriz de São Luís erguida em 1621 onde localizava-se o antigo Hotel Central. Seu nome de fato é Igreja Nossa Senhora da Vitória, em referência à vitória dos portugueses sobre os franceses na Batalha de Guaxenduba. Inicialmente chamada de Igreja Nossa Senhora da Luz, construída pelos jesuítas em colaboração com os índios, teve seu nome alterado somente após a expulsão da Companhia de Jesus no Maranhão, passando por diversas reformas no ano de 1768 com fins de torná-la a Catedral da Sé (Silva; Sousa, 2016).

A relação com o espaço sagrado da Igreja da Sé é ainda referência de fé para o Morador 1, aproximando-se do que Candau (2018) entende por patrimônio como uma dimensão da memória que, consequentemente, participa da construção identitária através do reconhecimento do sujeito com a história daquele lugar. Nota-se, no relato seguinte, que o espaço simbólico da igreja se coloca, para além da fé e de seus rituais, como lugar de socialização e compartilhamento do cotidiano, reconhecendo sujeitos que compartilham de um cotidiano em comum:

[...] Tenho saudade das conversas depois das missas lá da igreja da sé [...] era bom falar com as amigas sobre as provações que Deus botava na vida da gente, a gente podia se ajudar, porque a gente ficava sabendo o que se

passava uma com a outra... hoje em dia também, mas não é mais como antes [...].(MORADOR 2, sic).

Outro lugar de memória em comum com os moradores entrevistados é o Mercado das Tulhas, considerando um importante conjunto arquitetônico monumental, de características coloniais, caracteriza-se por um único pavimento com quatro entradas em arco pleno de pedras de cantaria, passando por diversas reformas ao longo dos anos, sempre mantendo sua autenticidade e valor histórico. Vendem-se no local diversos produtos típicos da cultura maranhense como farinha d'água, camarão, peixe fresco, juçara, pimentas e ervas e a conhecida cachaça tiquira, digna de diversas narrativas folclóricas quanto aos seus efeitos Fonseca; Barbosa Filho, 2017).

Sou nascido e criado aqui dentro dessa feira. Herdei do meu pai esse comércio e só saio daqui depois que Deus me levar. [...] conheço todo mundo aqui e vi essa feira mudar demais, desde criança que venho aqui e aprendi tudo da vida com meu pai nesse comércio. Aprendi a fazer conta, a negociar, botar preço nas coisa tudo vendo meu pai fazer [...] ele me obrigava porque eu queria era jogar bola, se eu tivesse tomado tento [prestado atenção] antes, não teria feito tanta burrada que eu já fiz. (MORADOR 3, sic).

[...] a feira da praia grande me traz boas lembranças, porque lá era lugar de se encontrar para beber cachaça, fazer poesia e ouvir música. Como nem todo artista era bem vindo nos lugar chique daqui na época, a gente se virava por aqui mesmo.(MORADOR 4).

Uma lembrança triste que tenho comigo é de meu pai. Ele vivia pela feira bebendo, chegava em casa bêbado e queria confusão. Quase todo dia era isso [...] morreu só de beber. Não gosto de lá, não me faz bem.(MORADOR 1).

A partir de relatos diversos advindos do mesmo lugar de memória, apresentam-se à reflexão algumas aproximações teóricas. Para Nora (1993, p. 9), “[...] a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga a continuidades temporais, às evoluções, e às relações das coisas. A memória é o absoluto e a história o relativo [...]”, que pode ser facilmente observável no relato do *Morador 3*, que construiu desde a infância uma forte ligação com o local de trabalho do pai, resultando na sua profissão de feirante. Por sua vez, Halbwachs (2017) destaca que é característica da memória coletiva tais digressões, justamente por tratar-se de uma memória viva, dinâmica, diferente da memória histórica, que é estática e presa ao significado cristalizado do passado. Não obstante, ambas ensinam modos de pensar do passado e do presente, mediante diferentes valores simbólicos representativos para os sujeitos e para a concepção formal de patrimônio das instituições que o administram. No relato do *Morador 4*, é possível traçar uma relação sobre o uso do patrimônio abordado por Canclini (1997, p. 194), no qual “[...] os bens reunidos na história por cada sociedade não pertencem realmente a todos, mesmo que formalmente pareçam ser de todos e estejam disponíveis para que todos os usem [...]”, pontuando um claro distanciamento entre o posto pela lei, referente à democratização dos bens culturais, e a realidade prática.



Consoante a demarcação do conceito de identidade pela diferença de Woodward (2014), Fonseca e Barbosa Filho (2017, p. 4) destacam que

A construção dessa identidade compreende um processo relacional com a alteridade, determinado pela diferença do “Eu” ou do “Nós” com outros. Nesse sentido, a memória local faz parte desse processo de desenvolvimento de uma alteridade que conserva as experiências individuais e coletivas vividas, técnicas e o saber fazer que abranja a totalidade de uma realidade social.

Por outro lado, é evidente a relação negativa do Morador I com o lugar que a Feira da Praia Grande ocupa nas significações de sua memória, remetendo ao papel que diferentes temporalidades exercem nos processos identitários, assim como que tipo de relações foram construídas naquele lugar de memória que incitem lembranças ou esquecimentos, o que depende estreitamente das formas que os indivíduos reconstróem suas memórias e como elas acomodam num fluxo temporal irreversível (Candau, 2018; Nora, 1993). É pertinente a visão de Candau (2018, p 16) sobre identidade, memória e patrimônio. Ao ver-se os lugares históricos de São Luís citados no decorrer do texto, aproxima-se da assertiva que “[...] é a memória, podemos afirmar, que vem fortalecer a identidade, tanto no nível individual quanto no coletivo: assim, restituir a memória desaparecida de uma pessoa é restituir sua identidade [...]” demonstrando que a ideia de patrimônio perpassa menos por um conteúdo teórico a ser estudado e mais como uma prática de memória guiada por afinidades advindas de projetos de afirmação de identidades individuais ou coletivas, pessoais ou institucionais.

### Considerações Finais

A perspectiva trazida pela distinção de lugares de memória do Centro Histórico de São Luís possibilita salientar a íntima relação dos moradores com o espaço histórico que eles ocupam, na medida em que eles trazem significações que repercutem em suas construções identitárias, compartilhando das memórias que cada lugar carrega consigo no decorrer da história. Nota-se que, embora complexa, as definições teóricas de espaço, memória e identidade desembocam em uma inter-relação de conceitos que buscam contemplar as nuances existentes nos processos subjetivos de reconstrução das lembranças vividas nos lugares de memória, bem como dos impactos delas na formação dos sujeitos, exprimindo a noção de construção da ideia de patrimônio a partir do que é produzido pelo povo, do qual advêm seus significados simbólicos. A riqueza encontrada nos relatos coletados em conversação informal na pesquisa de campo não foram totalmente exauridos neste trabalho, sinalizando a necessidade de estudos aprofundados e de amplo espectro para investigar a gama de informações contidas nas memórias individuais e coletivas dos sujeitos que vivenciaram diversas transformações históricas do Centro Histórico como um todo, permitindo, por exemplo, traçar um paralelo entre a memória histórica, de registro documental e a memória individual e coletiva, advinda dos sujeitos.

Pontua-se a importância da compreensão de como os conceitos de identidade, espaço e memória são fundamentais para o entendimento da relação entre sujeito e sua história, afirmando a categoria de lugares de memória como estratégia eficaz de análise que pode trazer resultados satisfatórios nesse

entendimento. De modo geral, o Centro Histórico de São Luís demonstra-se como um gigante acervo a céu aberto, um patrimônio cultural vivo que emana uma riqueza de relações entre as pessoas, os objetos e seus espaços pulsantes de fruição de cultura, memórias e identidades.

### Agradecimentos

Publicação custeada pelo auxílio financeiro da CAPES (Finance code 001) de acordo com a Portaria nº 206 da CAPES. Em conformidade com a Chamada Interna Nº 01/2020 do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão (PPGCult/UFMA), referente a Pagamento de Auxílio Financeiro ao Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (PPGCult) da Universidade Federal do Maranhão.

### REFERÊNCIAS

- Aires, E (2008). Políticos nas cenas do Patrimônio Histórico Cultural: o caso de São Luís, “Patrimônio da Humanidade”. *Outros Tempos*, 1-21.
- Avarélo MCM (2004). *Lugares de memória ou a prática de preservar o invisível através do concreto*. Mariana, MG.
- Bauman Z (2005). *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bosi E.(2006). *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Canclini NG (1997). *Culturas Híbridas*. São Paulo: Edusp.
- Candau J (2018). *Memória e Identidade*. Trad. Maria Leticia Ferreira. 4. reimp. São Paulo: Contexto.
- CastroJRB (2014). A questão da identidade cultural e as abordagens sobre a Bahia e a baianidade. In: Silva OA, Santos EMC, Coelho Neto AS. *Identidade, Território e Resistência*. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência.
- CutrimKDG, Costa SR, Oliveira WA (2017). Valorização do Centro Histórico de São Luís – MA e novas maneiras de consumo da música: um olhar sobre o festival BR 135. *Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade*, 3,
- Figueiredo TNSC (2012). *Expressões e desafios do restauro arquitetônico em edificações da arquitetura luso-brasileira no Centro Antigo da cidade de São Luís (MA/Brasil)*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Fonseca LSB,Barbosa FilhoW (2017). *Mercado das Tulhas em São Luís (MA): repositório planejado da memória coletiva regional*. Santa Cruz do Sul, RS: UNISC.
- Garcez KMG (2009). *Centro e centralidade em São Luís do Maranhão*. Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente.
- Gevehr DL (2016). A crise dos lugares de memória e dos espaços identitários no contexto da modernidade: questões para o ensino de história. *Rev Brasileira de Educação*,21(67).
- Halbwachs M (2017). *A Memória Coletiva*. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro.
- Halls (2011). *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: EDUFMG.
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2016). *Centro Histórico de São Luís*. Rio de Janeiro: IPHAN.
- Le Goff J (2003). *História e memória*. 5. ed. Campinas: Editora da UNICAMP.

- Masullo YAG, LopesJAV (2016). *Efeitos da urbanização na dinâmica socioeconômica do Centro Histórico de São Luís – MA*. Campina Grande, PB: CONGEA.
- Mello F (2012). O Triunfo do Lugar Sobre o Espaço. In: MarandolaJunior E, Holzer W, OliveiraL. *Qual o Espaço do Lugar? geografia, epistemologia, fenomenologia*. São Paulo: Ed. Perspectiva.
- Nora P (1993). Entre a memória e história. *Proj. História*, São Paulo, 10.
- Oliveira L (2012). O Sentido de Lugar. In: MarandolaJunior E, Holzer W, OliveiraL. *Qual o Espaço do Lugar? geografia, epistemologia, fenomenologia*. São Paulo: Ed. Perspectiva.
- Relph E (2012). Reflexões sobre a Emergência, Aspectos e Essência de Lugar. In: MarandolaJunior E, Holzer W, OliveiraL. *Qual o Espaço do Lugar? geografia, epistemologia, fenomenologia*. São Paulo: Ed. Perspectiva.
- Ricoeur P (2012). *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora UNICAMP.
- Santos M (2007). *O espaço do cidadão*. 7. ed. São Paulo: Edusp.
- Santos M (2017). *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4. ed. 9 reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Silva JRC (2009). O processo de patrimonialização do centro antigo de São Luís: práticas patrimoniais desenvolvidas pelo poder público. Fortaleza: ANPUH.
- Silva RAC, Sousa MMF (2016). A Companhia de Jesus em São Luís do Maranhão: considerações sobre a pintura e talha na Catedral da Sé. IHS. *Antiguosjesuitasen Iberoamérica*. São Luís, 4(1):31-50.
- TuanY (2013). *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência*. Londrina: Eduel.
- Woodward K (2014). Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: Silva TT. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

\*\*\*\*\*